

Suportar o insuportável: o trabalho de acompanhamento de exilados

Dominique Lhuilier

► **To cite this version:**

Dominique Lhuilier. Suportar o insuportável: o trabalho de acompanhamento de exilados. Fernanda Sousa-Duarte; Ana Magnólia Mendes; Emílio Peres Facas. Psicopolítica e psicopatologia do trabalho, Editora Fi, pp.194-213, 2020, Transgressões – Estudos sobre Trabalho, 978-65-5917-012-8. hal-03293498

HAL Id: hal-03293498

<https://hal-cnam.archives-ouvertes.fr/hal-03293498>

Submitted on 21 Jul 2021

HAL is a multi-disciplinary open access archive for the deposit and dissemination of scientific research documents, whether they are published or not. The documents may come from teaching and research institutions in France or abroad, or from public or private research centers. L'archive ouverte pluridisciplinaire **HAL**, est destinée au dépôt et à la diffusion de documents scientifiques de niveau recherche, publiés ou non, émanant des établissements d'enseignement et de recherche français ou étrangers, des laboratoires publics ou privés.



Capítulo 10

Suportar o insuportável: o trabalho de acompanhamento de exilados ¹

Dominique Lhuilier ²

Em um contexto de crescente inospitalidade para exilados, muitos Estados embarcaram em uma espiral interminável de repressão destinada a controlar, selecionar e armazenar esses "fluxos", essas "massas em êxodo". A fim de conter as "ondas" de migrantes, refugiados e exilados, como se falássemos da ameaça de um tsunami, uma série de dispositivos têm sido colocados em prática, todas destinadas a reduzir o acesso aos recursos necessários para a vida: um visto, um teto, um trabalho, cuidados médicos, vínculos... Para isso, são estabelecidas categorias, diferenciando e classificando "refugiados verdadeiros/falsos", "menores isolados verdadeiros/falsos", "exilados políticos/econômicos/saúde pública", "doentes verdadeiros/falsos", etc. Como pano de fundo dessas classificações, há sempre a suspeita que paira sobre eles e que justificaria as situações excepcionais em que eles são colocados.

Compreender a condição de exílio é considerar uma variedade de condições precárias que estão em seu cerne: econômicas (reforçadas na França pela abolição, em 1991, do direito sistemático de trabalhar para os requerentes de asilo), administrativas (medo permanente de expulsão, não renovação de autorizações de residência, controle policial, evitação de

¹ Traduzido por Karla Candeia.

² Professeure émérite de psychologie du travail, Centre de Recherche sur le Travail et Le Développement, CNAM, France.

espaços públicos e ambientes institucionais, etc.), de saúde (problemas de saúde recorrentes e renúncia aos cuidados), emocionais (isolamento, famílias desfeitas, pessoas desaparecidas). Os motivos e as dificuldades da migração provêm das condições da vida de antes (no país de origem) e do presente, da experiência de várias formas de violência no país de origem ou durante a viagem. Mas também deve ser enfatizada a questão da violência estrutural nos países anfitriões. Estas condições são produzidas por escolhas políticas regionais, nacionais e internacionais que regem os diversos territórios de origem, em matéria de trânsito ou de assentamento. Podemos assim observar uma constante na ordem política, neste biopoder analisado por Michel Foucault (1976), que visa exercer jurisdição sobre a vida, os corpos e as populações. Assim, o poder é constantemente mostrado e demonstrado sobre os migrantes como uma figura paradigmática de seu exercício.

É em tais contextos macrossociais que uma série de profissões, estruturas organizacionais e institucionais têm que garantir o cuidado e o apoio aos migrantes nas diferentes etapas de suas vidas no exílio. Estas práticas impõem a necessidade de ser capaz de resistir às provações do confronto com experiências de miséria, pavor e espanto diante do que foi vivido "lá" e/ou do que é vivido "aqui", e do trabalho que está sempre exposto aos riscos do "trabalho sujo".

Os múltiplos impedimentos enfrentados por estes sujeitos exilados (impedimento de acesso aos recursos materiais e países desejados, aos direitos, aos cuidados, ao trabalho, à escola) são evidentes (Felder, 2016). E os efeitos destrutivos desta política inóspita sobre as subjetividades e corpos dos exilados (a realização de traumas, a complexidade de se libertar de tarefas políticas e sociais, etc.) não podem ser negligenciados por aqueles que estão na linha de frente da "recepção". Os mecanismos de segregação, estigmatização e discriminação, em conexão com a proliferação do discurso de segurança e as políticas de reagrupamento e confinamento forçado, marcam a vida psíquica do refugiado: o tremor dos fundamentos narcisistas, a complexidade de reconstruir-se entre a perda

da cidadania e a experiência traumática, a busca de um lugar para viver, a dor da separação...

As questões de reconhecimento são essenciais aqui: reconhecimento do sujeito para além da categoria à qual ele ou ela está designado (estrangeiro, requerente de asilo, imigrante sem visto, menor sem acompanhamento, trabalhador imigrante, etc.), mas também reconhecimento das práticas profissionais, não apenas através do prisma das regras do ofício, mas também do trabalho cultural (Freud, 2010) que resiste às formas de desumanização contidas nos procedimentos e sistemas de "recepção".

O significado político das práticas profissionais no campo do acompanhamento, em suas diversas formas, está sem dúvida essencialmente aí: na contribuição para este trabalho psíquico que permite tecer um elo identificatório entre o indivíduo e o todo humano, um elo através do qual cada um pode acessar o sentimento de pertencer a este todo humano. O teste deste trabalho aqui é duplo: o mal-estar dos trabalhadores pode ser decifrado como um sinal do sofrimento dos "usuários" depositados dentro deles; mas também é maciçamente devido às condições de seu trabalho e às políticas públicas que os enquadram e os determinam em demasia.

As tensões que acompanham este trabalho de acompanhamento e mediação em abrigos ou acampamentos de exilados são muitas: ter que ouvir ou suscitar uma palavra necessária mas dolorosa, ter que apoiar uma projeção indispensável à construção dos projetos futuros quando existe uma urgência, a precariedade e o procedimento de exame dos pedidos instalam uma suspensão temporal... A sensação de estar preso a dispositivos que "obrigam" a desembaraçar o "verdadeiro" do "falso", que suscitam desconfiança, dá origem a um certo mal-estar, até mesmo a vergonha associada à sensação de se tornar co-produtores de procedimentos de triagem e seleção. Ver a profissão contaminada por uma lógica de gestão de "fluxos", de "novos riscos sociais", quando se está motivado essencialmente por um objetivo de acesso aos direitos (asilo,

social, educação, cuidado, etc.) é um teste difícil de suportar. A intensidade dos afetos, das tensões psíquicas, os conflitos e o sofrimento ético podem levar à exaustão ou mesmo ao colapso. Isto coloca em questão os recursos coletivos para pensar uma ação sempre incerta como as formas de subversão dos impedimentos ou desvios que pesam sobre a atividade.

O trabalho de acompanhamento

Por que falar de trabalho de acompanhamento ou apoio e não de uma relação de ajuda (Amado & Minary, 2008), uma fórmula que muitas vezes prevalece nos campos da saúde e social em particular? Porque o trabalho³ implica uma atividade, e mais precisamente uma co-atividade. A atividade de trabalho sempre tem prescritores, co-autores e destinatários (usuários, pacientes, beneficiários, clientes) e ocorre em contextos organizacionais, institucionais e societários. Porque este trabalho não pode ser reduzido à qualidade das relações entre o acompanhador e a pessoa acompanhada; o prisma das relações interpessoais e intersubjetivas alude tanto à dimensão social quanto a política do acompanhamento.

A relação de ajuda corre sempre dois riscos: o obscurecimento das dimensões inconscientes e o desaparecimento do social. Além disso, sem uma teoria da psique, a abordagem humanista corre o risco de se perder nos meandros da "ajuda" ou da assistência. Sem uma teoria do social, ela se reduz a um conjunto vago, e a dialetização entre o eu e os outros, entre individual e coletivo, entre psíquico e social, está condenada a andar em círculos no interpessoal. Na relação cara a cara é melhor não esquecer que não se pode ajudar os outros sem um terceiro, em suas diferentes declinações: equipe, organização, instituição a quem estão ligados os motivos desta ajuda, sua legitimidade e sua possível eficácia.

Tanto a pessoa que acompanha, quanto a pessoa que está sendo acompanhada, ambas estão expostas neste caso à ambigüidade da relação

³ Não confundir com emprego; os voluntários, que são numerosos no campo do acompanhamento de exilados, trabalham mesmo que não tenham um emprego.

de ajuda, muitas vezes pavimentada com boas intenções, mas também com desejos de controle, mesmo de dominação, implementados em nome do humanismo e da emancipação buscada. Existem muitas profissões na área de asilo (assistentes sociais, intérpretes, advogados, psicólogos, ligados à saúde e higiene, pessoal administrativo); e todos aqueles que têm que se encontrar e trabalhar com exilados e migrantes são ainda mais numerosos (pessoal hospitalar, penitenciárias, policiais, professores, formadores, recrutadores, gerentes). Dois exemplos deste trabalho de apoio são dados aqui: um no campo da assistência jurídica, o outro no do acesso à saúde.

Acompanhadores jurídicos nos centros de detenção ⁴

As detenções são um reflexo das políticas de migração. Eles são também um dos instrumentos da política aplicada ao fechamento de campos de migrantes. A duração máxima de detenção é atualmente de 90 dias na França⁵. É neste contexto que trabalham os funcionários das seis associações, cujas principais tarefas são ouvir os detentos e ajudá-los a exercer seus direitos. Eles são principalmente advogados, assistentes sociais e ativistas dos Direitos Humanos. Eles são confrontados com uma "industrialização" da detenção e, portanto, uma intensificação do trabalho, em um clima de tensões extremas devido ao endurecimento das políticas migratórias e aos desafios do exílio. A missão confiada aos funcionários, assim como seus ideais profissionais, os coloca do lado da defesa dos direitos e dos detentos, enfrentando assim a "máquina de expulsão" gerenciada pela polícia.

Em um contexto que é, portanto, estruturalmente tenso, mesmo conflituoso, especialmente com o pessoal encarregado da detenção, eles

⁴ Os 24 Centros de Detenção Administrativa e 26 Instalações de Detenção Administrativa do território francês têm uma capacidade de receber 2.054 pessoas. Cerca de 50.000 pessoas foram trancadas nesses lugares em 2019. Eles são principalmente homens, mas também mulheres e crianças.

⁵ À medida que a duração da detenção aumenta, aumentam também a frequência de automutilação, tentativas de suicídio, confinamento solitário, prescrições de sedativos ou transferências para hospitais psiquiátricos.

conduzem entrevistas com os detentos e explicam os complexos procedimentos da detenção e remoção do território, a fim de então construir com cada um deles um diagnóstico da situação individual, identificando os recursos legais. Estas tarefas envolvem uma revisão da história do exílio, suas causas, modalidades e a situação atual, em termos sanitários, laborais, familiares, matrimoniais e assim por diante. Além dessas tarefas, que se enquadram como "assistência no exercício dos direitos", há também as relativas ao "apoio social": presença e escuta dos detidos, informação às famílias, regularização da situação das crianças, tomada de providências para que os detidos possam recuperar seus pertences, salários e outros bens antes de serem deportados. Neste contexto de dependência daqueles que parecem ser salvadores em potencial, a demanda dos detentos por apoio jurídico é enorme.

À intensidade dos afetos solicitados neste trabalho soma-se a intensidade das questões éticas e políticas que atravessam o exercício da profissão. Os dilemas relacionados às metas perseguidas nas atividades encontram múltiplas declinações: assumir uma postura profissional a serviço da preservação dos direitos dos detentos, o que os coloca contra os "guardas", ainda que a negociação com esses parceiros seja essencial para obter acesso aos detentos e para preservar e desenvolver o espaço de manobra necessário para suas atividades; resgatar os detentos, ao mesmo tempo em que se protegem duplamente, tanto de uma empatia que torna a impotência em certas situações insuportável, como de uma intervenção que curaria o sofrimento dos detentos e poderia "humanizar" a máquina de expulsão através de denúncias; basear seus compromissos profissionais em princípios e valores a serem respeitados, ao mesmo tempo em que empregam, para isso, truques e estratégias de ação aparentemente contrários a esses mesmos princípios e valores...

Mediadores de saúde em acampamentos ciganos e squats

A missão formalmente atribuída a estes mediadores é melhorar o acesso aos direitos, prevenção e cuidado das "populações em situação precária" através de uma melhor integração no sistema de direito comum. Ela os coloca na interface entre as pessoas cuidadas e as instituições de cuidado, uma espécie de elo encarregado de transformar as representações e comportamentos recíprocos: removendo os tenazes estereótipos que pesam sobre "os ciganos"⁶ e mudando as posturas profissionais dos prestadores de cuidados, removendo a ambivalência e desconfiança dos ciganos para com qualquer instituição percebida como a ala armada do biopoder (Foucault, 1976).

Além da complexidade e das tensões geradas por este duplo propósito de suas atividades, há também o trabalho de interpretação (idiomas, mas também códigos, categorizações, classificações, etc.), a construção de parcerias e cooperações essenciais e, finalmente, o trabalho invisível de supervisão de voluntários, como é o caso em muitas associações que mobilizam voluntários e funcionários assalariados. No coração deste trabalho ainda está a polissemia da saúde: nas instituições de saúde, predomina a abordagem médico-centrada; enquanto para os ciganos, a falta de saúde é revelada pelo que os impede no exercício normal de sua vida. Aqui, a saúde é percebida, como em todas as situações de grande precariedade, como um instrumento da atividade.

Este trabalho de traduzir a complexidade de situações singulares nos códigos das grades médicas e sociais, e de esclarecer a confusão crônica entre estilo de vida (culturalismo) e condições de vida que alimentam a discriminação, é complicado por conflitos de temporalidades e atividades. A precariedade se estabelece em um curto período de tempo, enquanto o apoio, a prevenção, o desenvolvimento da saúde, mas também a

⁶ Estima-se que existam entre 15.000 e 20.000 ciganos na França. Vindos majoritariamente da Romênia e da Bulgária, são os europeus que, no entanto, fazem uso de uma lógica política de exclusão e preconceitos (delinquência, mendicância, sujeira...). Os próprios ciganos não se vêem como um único grupo em escala européia: eles são de diferentes nacionalidades, diferentes religiões (católica, ortodoxa, evangélica) e estão longe de falar a língua romana.

construção desta nova profissão de mediador da saúde e seu reconhecimento por seus diversos destinatários, requerem tempo. Isto é frustrado pela volatilidade e dispersão de pessoas e "terras", locais ilegais e sempre instáveis, por repetidas expulsões com o risco de ter que começar do zero a cada vez, com uma multiplicação e dispersão de lugares de vida. Cada expulsão resulta, na maioria das vezes, em uma regressão das condições de vida (aumento da distância até o hospital) e na radicalização das estratégias de defesa da comunidade (suspeitas, ameaças). Para este nomadismo imposto pelas políticas públicas a "esta população de risco", a precariedade dos cargos de mediador e sua rotatividade é uma imagem espelho: a permanência dos cargos depende dos resultados que validam os pedidos de subsídios (uma afirmação que torna o mediador responsável pela manutenção de seu cargo e que alimenta a incerteza crônica sobre os critérios de avaliação do trabalho). E isto em contextos onde há uma negação das contradições entre as tarefas atribuídas: mediação, monitoramento sanitário e diagnósticos pré-expulsão.

Também aqui os dilemas e os afetos se encontram. Promover o acesso de todos aos cuidados de saúde ou definir os prioritários: os mais vulneráveis (mulheres grávidas, crianças), os menos autônomos, os riscos de epidemias, as emergências médicas? Mitigar/revelar as deficiências institucionais? Fazer dos "ajudantes" da comunidade cigana parceiros de trabalho, dar mais recursos à gestão comunitária e, assim, dar mais poder a uns sobre outros, que podem então instrumentalizar e tirar um lucro pelos serviços prestados (como o aumento do preço dos aluguéis no acampamento), denunciar maus tratos/preservar a qualidade do vínculo pacientemente construído... A desumanidade das condições de vida, as situações dramáticas que eles podem enfrentar (despejos, fim de vida, morte, violência intrafamiliar, trabalho infantil, idosos abandonados), mas também o peso das responsabilidades, medo, ansiedade diante da agressão, ameaças, acusações são todas dificuldades que a proximidade cultural pode ampliar quando esses mediadores de saúde são eles mesmos ciganos.

Desafios do trabalho de acompanhamento

Como lidar com situações, estados do corpo, da psique, dos atos, das substâncias que provocam medo, pavor, repugnância, raiva, ansiedade? Como colocar um carrasco em um centro de detenção? Como você anda na lama, no lixo, no ziguezague entre os ratos e nos jogos de bola para crianças no acampamento de ciganos ou no squat? Como traduzir para esta mulher em consulta o diagnóstico de AIDS ou de câncer que o médico acaba de anunciar brutalmente, com o mediador-intérprete encarregado de "encontrar as palavras certas"? Como podemos dizer que o número de telefone do alojamento de emergência não atende mais e que "o solicitador" terá que se resignar a dormir na rua novamente, correndo o risco de mais agressões ou estupro? Como podemos perceber durante uma entrevista com um refugiado, um prisioneiro desesperado, que ele também é um torturador? Como apoiar na empatia as ameaças, insultos, agressões? Como podemos fechar o centro de consulta médica e pedir a esta mãe grávida e seus filhos que saiam quando sabemos que ela não tem mais para onde ir?

A intensidade dos afetos solicitados neste trabalho é combinada com a intensidade das questões éticas e políticas que atravessam a prática destas profissões.

Os processos transferenciais

Estas profissões de asilo, trabalho social, cuidado envolvem o encontro e o relacionamento com "usuários" que experimentaram e experimentam situações extremas, tanto ali como aqui, que estão envolvidos em processos de dessubjetivação e infra-humanização. Estas atividades profissionais implicam um confronto com material traumático, em uma relação em que a empatia é sempre suscetível a gerar identificação com a vítima (Maqueda, 1997). Além disso, fala-se frequentemente da

contagiosidade do trauma, no sentido de transmissão psíquica inconsciente, vetorizada por processos transferenciais que são ainda mais intensos porque não são mediados por referências de terceiros, como a equipe ou a profissão. Logo, o acompanhante (na diversidade das profissões exercidas) não é o receptáculo passivo do material traumático nem da transferência da pessoa acompanhada. O processo é co-produzido por ambos.

O par constituído nessa relação pode ativar intensos processos transferenciais, constituídos por um cenário que implica um compromisso recíproco ocasionado pelos ideais da profissão e a dívida psíquica do sujeito. A identificação com a vítima é alimentada por processos de projeção na transferência, como a identificação com o papel do salvador ideal que responde por sua vez à da vítima ideal. Além disso, impotência, injustiça, abandono, culpa, "fadiga de ajudar" são sentimentos expressos maciçamente: eles podem ser iluminados pela análise dos processos de ressonância, mas também devem ser colocados em perspectiva com as características do contexto de trabalho potencialmente traumatogênicos. A frequência dos sintomas evocados por cada pessoa - insônia, pesadelos, distúrbios de humor, irritabilidade, ataques de ansiedade, choro irreprimível, distúrbios psicossomáticos - atesta a fragilidade dos envelopes psíquicos fundamentais (Anzieu, 1987). Isto faz com que os sujeitos sejam expostos física e psiquicamente ao outro, via de intrusão, o que, para alguns, os faz experimentar esta relação como persecutória.

A questão do significado da troca no relacionamento pode lançar uma luz sobre esta questão. O que é dado, para quê e em troca de quê? Para o acompanhante, é uma questão de dar tempo, compromisso, investimento, escuta, reconhecimento, objetos, números de telefone pessoais. Até onde dar de si mesmo? Quando o que é recebido é interpretado como um "profissional que se supera a si mesmo", prevalece a interpretação do dom. Ele dá de si mesmo, de sua pessoa, além do serviço prestado como definido pela função, a profissão. E o dom, associado à dívida psíquica de quem recebe, solicita o contra-dom, ou troca. Em troca de quê? De um retorno

em conformidade com as expectativas da pessoa que o acompanha? Em termos de submissão ao conselho, diretrizes dadas? Em termos de valorização narcisista: sugerindo que a pessoa que acompanha é excepcional, que lhe devemos muito? Em termos de confiança: isto engaja tanto a pessoa que está sendo acompanhada quanto a pessoa que a acompanha, um segredo as une. A forma final (e possível) da troca leva ao desaparecimento de um quadro profissional que, em princípio, deveria contê-lo.

Assim, um acompanhante pode ser pego sonhando com a adoção imaginária de uma criança, de uma avó, de um jovem. Portanto, se trata de uma troca entre uma parentalidade irreal contra o sacrifício do profissionalismo. Isto implica em não trair aqueles que serão "adotados", não fugir aos desafios emocionais desta relação, que é extraída do contexto de trabalho para se desenvolver no contexto pessoal e familiar com o risco de ofuscar os outros que serão acompanhados. Esta forma de troca, que não trabalha as questões pessoais, sem deixar espaço para as regras do ofício, na maioria das vezes leva a uma crise e depois a uma ruptura. A única saída é romper o vínculo que se tornou uma ligadura, ao custo do sofrimento de ambos os lados.

O trabalho de acompanhamento implica sempre em renúncia: não responder a todas as necessidades de proteger o outro da alienação, do vínculo de assistência. A falta é necessária para que a troca nasça livre da dependência, ou mesmo da captura. O poder dos afetos continua presente (exceto para os que se protegem emocionalmente, se desumanizam): impotência, raiva, agressividade, culpa, "cansaço de ajudar". Eles podem, evidentemente, ser esclarecidos pela análise da transferência-contratransferência. Mas eles também devem ser colocados em perspectiva com as características de locais de trabalho potencialmente traumatogênicos⁷.

⁷ A distinção entre a noção de "traumatogênico" e "traumático" é importante porque os resultados psíquicos da situação não são unívocos: o potencial desestabilizador da experiência pode solicitar as capacidades de "metamorfose", de transformação iniciática, pode também levar a arranjos defensivos muitas vezes construídos sobre uma clivagem do eu ou mesmo tornar-se verdadeiramente traumático.

As declinações do “trabalho sujo”

As práticas de admissão em sistemas instituídos ou associativos são baseadas, com diferentes graus de radicalidade, em uma lógica de seleção que transforma uma "pessoa a ser apoiada em sua totalidade" em um usuário de sistemas *ad hoc*. Trabalhar aqui pressupõe uma operação de tradução da singularidade do solicitante (mas de quê? Provavelmente antes de tudo do reconhecimento de seu status como sujeito), e de sua situação, para se adaptar e tomar conhecimento dos códigos que permitem se comunicar com os "beneficiários" dos sistemas em questão.

O que fazer com a pessoa acompanhada que apresenta ao acompanhador problemas de moradia, ao assistente social problemas de saúde ou ao psicólogo problemas com o visto de residência? Nós pensamos então no médico que pergunta em consulta "você dorme bem?", procurando por sinais de psicotrauma. E o paciente que responde "tenho frio"... sim, ele tem frio, ele dorme na rua. Ou esta relutância em prescrever comprimidos para dormir a um paciente que tem realmente distúrbios do sono relacionados à sua história, mas que vive na rua e, portanto, está exposto a todos os tipos de riscos. Sua vigilância é então um instrumento de sobrevivência. O que fazer com uma pessoa muito velha, dependente e sem visto de moradia? Ele ou ela deve ir para um abrigo emergencial do qual não sairá por muito tempo, pois não tem acesso a instituições especializadas para idosos por não ter permissão de residência? O que fazer com um migrante que trabalhou durante anos como pedreiro na indústria da construção na França, mas com documentos falsos, e que vai procurar a assistente social para que ela possa ajudá-lo a reunir documentos para dar entrada no pedido de uma aposentadoria?

Esta operação de tradução e classificação é ainda mais exigente e extenuante à medida que a distância entre o número dos pedidos, a deterioração das situações dos exilados e a redução drástica dos recursos

potencialmente disponíveis aumenta. O desafio de uma massificação das necessidades de apoio, e um trabalho que foi colocado estruturalmente em dificuldade devido à saturação permanente dos dispositivos de ajuda. Como lidar com a injunção paradoxal de acompanhar adequadamente os exilados rumo aos cuidados com a saúde, acomodação, emprego, um treinamento profissional que lhes convém quando os meios e oportunidades disponíveis não estão à altura da tarefa? Classificando as "emergências", os mais "vulneráveis"? Com base em que critérios? Como avaliar estas situações?

Uma operação de triagem e seleção que mina os valores que sustentam o compromisso com a profissão, e que está ancorada em ideais pessoais. Tanto mais que essa triagem e seleção não estão sem ressonância com políticas migratórias que fazem distinção entre bons e maus migrantes, com o argumento de que "não podemos aceitar toda a miséria do mundo"... já que a pessoa que os acompanha, sobrecarregada pela grande demanda, pela carga de trabalho, é obrigada a criar critérios de seleção sustentáveis. A desproporção das necessidades com relação ao que pode oferecer o profissional que acompanha é sempre acompanhada por um sentimento de impotência, de insuficiência, quando o trabalho se resume a "esvaziar o mar com uma colher".

Aprender a dizer não é difícil, especialmente quando isso é confundido com rejeição e abandono. Isto pode levar o profissional a dar algo, para se tranquilizar, se libertar da impotência, da insuportável inação, mesmo que o que é dado seja basicamente um engodo. A cooperação em parceria entre serviços e entre associações facilita o apoio ao "não": o que é dado é pelo menos uma orientação. Mas isto só é possível e só adquire um significado real quando é precedido e acompanhado pela construção desta parceria. Da mesma forma, o sentimento de fracasso de não ser capaz de fazê-lo apenas é sustentável se o trabalho multidisciplinar ou coletivo nos permitir pensar que o que não pode ser feito ali encontrará outras soluções em outros lugares, com outros profissionais do acompanhamento, ou em cooperação e solidariedade entre exilados.

O pacto de negação de vulnerabilidade

A negação das dificuldades e experiências traumatogênicas associadas a este trabalho é sem dúvida o freio mais poderoso para a construção coletiva de recursos que possam mediar e subverter as dificuldades. No entanto, esta construção é essencial. Este pacto de negação da vulnerabilidade dos profissionais ou voluntários cria uma figura heróica a serviço da defesa das "vítimas": o sofrimento então muitas vezes se manifesta em sonhos, que mais se parecem com pesadelos, mas também se mostram como um registro psicossomático ou em descompensações psicopatológicas quando os recursos defensivos individuais são sobrecarregados. Este sofrimento também se reflete no grande número de "entra e sai" nessas profissões.

A relutância em dizer "suas" dificuldades atesta a importância dessas posturas militantes ou caridosas, que tanto apoiam o compromisso com este trabalho como contribuem para um esgotamento ou mesmo uma estafa mental. O sofrimento deve ser suportado, mesmo anestesiado. Então, como podemos nos permitir reconhecer e verbalizar aqueles que foram enredados ou mascarados? As dificuldades encontradas durante as atividades podem sempre ser interpretadas essencialmente como falhas pessoais, como um desvio "inaceitável" do Ideal. Então a vergonha está sempre presente: vergonha do medo associado ao trabalho em climas de tensão, de urgência, de violência; vergonha diante da degradação da qualidade da escuta, da disponibilidade psíquica necessária para o trabalho de acompanhamento; vergonha daquele que representa o "país de acolhida" onde a realidade se revela não como abrigo, mas como a persistência de tratamentos desumanos... E talvez acima de tudo, vergonha por ter que suportar o insuportável para poder continuar trabalhando, sem realmente poder fazê-lo.

Ambivalência sobre a transmissão

O novato, como novo acompanhante, levado por seu compromisso com o serviço da "missão", se desdobra sem contar o custo. Ele se vê então, como seus colegas, na primeira fila, confrontado com os danos psíquicos ligados a uma política contábil de gestão dos fluxos migratórios dentro de um ritmo que é sempre o da urgência (tratamentos e viagens desumanizantes), os danos da inatividade forçada (nenhum acesso ao trabalho), as várias formas de *apartheid* espaço-temporal que embarcam tanto a pessoa que está sendo acompanhada quanto a pessoa que a acompanha. Ele logo será apanhado de surpresa, espanto, até mesmo choque ou terror diante dos efeitos dos "crimes contra a humanidade psíquica" (Roussillon, 2005), que matam não só a humanidade em si mesma, mas o próprio sentido do ser humano. Seus pontos de referência iniciais se tornam menos nítidos, sua identidade profissional vacila: ele percebe que o desumano está no humano, mesmo que ele seja o negativo radical.

Uma época de testes começa sob o olhar de seus colegas, o mais velho: ele vai resistir? Ele vai ficar? Será ele capaz de "lidar com isso"? Ele vai ouvir as recomendações de seus colegas? Ele aceitará a transmissão de uma visão de mundo que o ajude a olhar, de uma capacidade de escuta que o ajude a lidar com todas essas provas? Como ele sairá das diversas formas de instrumentalização, de desvio de sua ação? A ambivalência no que diz respeito à transmissão (Lhuilier & Fassier, 2020) está muitas vezes na ordem do dia, o que pode contribuir para fortes tensões entre novatos e sêniores. Como se "deixar a profissão entrar" fosse percebida tanto como um apoio para a atividade, mas também como um risco: o de fazer o luto da Missão, do Ideal. O risco de "acostumar-se demais", de "banalizar", de perder de vista os valores que sustentam o compromisso.

O trabalho inaudível

O trabalho sobre a psicopatologia do trauma em situações de exílio, sobre os requerentes de asilo que experimentaram eventos extremos e traumas cumulativos que produzem espanto, medo e desorientação simbólica, sobre estes contextos de grande precariedade social que redobram a vulnerabilidade⁸, sublinham os obstáculos para colocar o inenarrável em palavras, as dificuldades de expressar o sofrimento em uma língua estrangeira, o isolamento, tudo o que contribui para que o sujeito não seja capaz de construir - sozinho - uma palavra própria. "Ele não tem voz na praça pública" (Colin & Laval, 2005). O que exige que os "acompanhantes" atuem como porta-vozes. Mas devemos estender a análise à *recepção e seus impedimentos*: recusa de ouvir, evasão, fuga. O indizível se conjuga aqui com o inaudível e a construção da invisibilidade.

Os "acompanhantes" sabem como é difícil para eles falar sobre seu trabalho, encontrar as palavras para explicar as situações encontradas e os afetos sentidos, a complexidade das práticas cotidianas sempre apanhadas em dilemas morais, dos paradoxos da política, dos conflitos de justiça e das ambigüidades do direito. Como podemos traduzir sem trair, sem eufemismos, sem banalizar ou dramatizar, sem contribuir para a radicalização da alteridade que rapidamente aparece como o filtro privilegiado da recepção? Falar é muito difícil, ser escutado é igualmente difícil. Aqui encontramos problemáticas comuns às profissões encarregadas de lidar com o "negativo psicossocial", ou seja, o que é rejeitado pelo corpo social: trabalhadores das sombras, eles devem contribuir para "preservar o pacto que nega e neutraliza o que ameaça tanto a economia psíquica do sujeito quanto a unidade do todo social" (Lhuillier, 2009). Uma sociedade se revela tanto pelo que esconde quanto pelo que revela. Os profissionais trabalham nesta divisão entre o palco e os bastidores, encarregados de "tratar" o que é rejeitado pelo corpo social

⁸ "As modalidades de vulnerabilidade não são as mesmas conforme abordam a integridade física de uma vida ou mutilam sua integridade social, mas inevitavelmente roem tanto o rosto quanto a voz, os únicos suportes da visibilidade de si na humanidade" (Le Blanc, 2009).

e contribuir para a preservação dos pactos de negação, neutralizando o que é objeto de negação, e como tal, rejeitado à margem ou esquecido.

Nas diversas pesquisas que nós realizamos sobre as profissões encarregadas do negativo psicossocial, sempre nos deparamos com essa relegação, que afeta tanto os "resíduos sociais" quanto os responsáveis por seu tratamento (Lhuillier, 2005). Isto pode contribuir para aprisionar o acompanhante e o acompanhado em um cara a cara permanente e a manter a instituição, a associação, a salvo do reconhecimento de seu trabalho real, suas dificuldades, seus impasses, suas invenções, suas transgressões. O trabalho real não é o trabalho prescrito. Nem o trabalho sonhado, nem o trabalho realizado (o alojamento encontrado, os cuidados prestados, o dossiê administrativo que deu certo, a ajuda financeira concedida, a inscrição em formação obtida). O trabalho real não é redutível ao que é feito, a este lado visível e objetivável no trabalho. Ele cobre tudo o que fizemos para conquistar o objetivo, para remover obstáculos, para contorná-los, para improvisar, para não fazer o que nos é pedido, mas também o que tentamos fazer sem sucesso, os fracassos. A subjetividade no trabalho se desdobra ou é sufocada (Roman Hernández, 2020).

Desafios e criatividade

Enfatizamos aqui que nas intervenções ou pesquisa-ação que realizei, assim como nos grupos de análise da prática profissional que lidero, as manifestações e expressões de prazer no trabalho, ou mesmo a paixão pelo trabalho, são essenciais. Nunca é apenas uma questão de sofrimento, desilusão, desinvestimento, sentimentos de fracasso. As recompensas simbólicas, as descobertas, o poder dos elos que são feitos, a pertença a um grupo de trabalho que compartilha os mesmos valores, as vitórias obtidas apesar do acúmulo de obstáculos, a vitalidade desenvolvida nestas experiências e práticas são a prova do que torna possível "segurar", apoiar os desafios do trabalho de acompanhamento. Fundamentalmente, este trabalho permite vivenciar (e compartilhar) uma experiência essencial: é

nos contextos e momentos em que a destrutividade e o mortífero parecem prevalecer que as forças da vida se manifestam de forma mais intensa. Movimentos de resistência e vida nos quais os processos criativos são centrais.

Trata-se realmente de reconhecer a dupla face dessas provações e desafios que, por produzir “desligação”, desintegração, pode abrir novas elaborações. O poder dos afetos associados é sem dúvida uma das forças motrizes deste duplo movimento de destruição-criação. Isto pressupõe, entretanto, que o sujeito não se sinta radicalmente invadido por eles em uma explosão catastrófica ou bloqueado em uma angústia depressiva. Entretanto, o encontro com o acompanhador, na diversidade das profissões mencionadas, ocorre em contextos que tendem a eufemizar ou entender mal esta normatividade, vitalidade na ação. A relação de ajuda é apresentada, antes de tudo, como uma forma de compensar os déficits e as carências. Esta leitura e postura tende a negligenciar ou subestimar a ação e os recursos do "usuário", nesta relação e em outros lugares (porque sua vida não é inteiramente redutível aos riscos de sua relação com os "cuidadores").

Pensar e buscar a co-produção de acompanhamento pressupõe que os interventores reconheçam as capacidades dos usuários. Essas forças vitais que os exilados possuem são manifestadas durante todo o processo de migração, em seus diferentes estágios, tempos e espaços. E as formas de se liberar do desencanto, da exaustão, do cansaço de ajudar, vão além da concepção da profissão destinada a "ajudar", a "reparar" em favor do reconhecimento da co-atividade. Estes são também os caminhos da subversão do "trabalho sujo": caminhos que se deslocam do trabalho *sobre*, do trabalho *para* até o trabalho *com*.

Para concluir

Resistir a longo prazo diante da miséria, precariedade, processos de exclusão, segregação, insegurança, desconfiança e a infinita expectativa de

um status, pressupõe criar recursos compartilhados para reinjetar vida e vínculos onde prevalece um desligamento mortífero (Lhuilier & Pestre, 2018). Estas pessoas em busca de reconstruir suas vidas não podem ser reduzidas às categorias nas quais estão classificadas. Resistindo às atribuições negativas que visam o "estrangeiro" (potencial terrorista, agressor sexual, parasita do sistema público de assistência social, etc), os exilados traçam um caminho singular entre o que eles deixaram para trás e o que procuram encontrar, um destino onde a hospitalidade ainda é possível. Eles estão constantemente lutando por uma vida melhor, inclusive nos lugares onde são classificados e nos procedimentos e viagens cada vez mais longas. O estrangeiro não é um corpo estranho e tóxico, mas um revelador da ética de nossas sociedades. O trabalho de acompanhamento está no cerne desta ética.

Referências

- Amado, G. & Minary, J. P. (2018). Les ambiguïtés de la relation d'aide. *Nouvelle Revue de Psychosociologie*, 6.
- Anzieu, D., Doron, J. & Houzel, D. (1987). *Les enveloppes psychiques*. Paris: Dunod.
- Colin V. & Laval C. (2005). *Santé mentale et demandeurs d'asile en région Rhône Alpes*, Rapport DRASS Rhône Alpes,
- Felder, A. (2016). *L'activité des demandeurs d'asile. Se reconstruire en exil*. Toulouse: Eres.
- Foucault, M. (1976). *La volonté de savoir*. Paris: Gallimard.
- Freud, S. (2010). *Malaise dans la civilisation*, traduction : Oudoul, préface de Laurie Laufer, Paris, Payot, coll. « Petite Bibliothèque Payot ».
- Lhuilier, D. (2005). Le sale boulot. *Travailler*, 14, 73-98.
- Lhuilier, D. (2009). Travail du négatif, travail sur le négatif. *Education Permanente*, 179, 39-57.

Lhuilier, D. & Pestre, E. (2018). Migrants, réfugiés, exilés : résistances et créativité. *Nouvelle Revue de Psychosociologie*, 1, 25, .

Lhuilier, D. & Fassier, C. (s/dir. 2020). *Travail et transmission*. Toulouse: Octarés.

Maqueda, F. (1997). Le vécu du traumatisme chez les soignants (volontaires) en situation d'intervention humanitaire. In B. Doray & C. Louzon, *Les traumatismes dans le psychisme et la culture* (pp. 235-239). Toulouse: Erès.

Román Hernández J. J., Lhuilier D., Newton Garcia de Araújo J. & Pujol A. (2020). *Subjetividade e trabalho: entre mal-estar e bem-estar*. Paris: L'Harmattan.

Roussillon, R. (2005). Les situations extrêmes et la clinique de la survivance psychique. In J. Furtos & C. Laval (s/dir). *La santé mentale en actes*. Toulouse: Eres.